

## DISCURSO INAUGURAL

por João Gonçalves  
Presidente do Conselho Directivo Nacional  
da B A D

- SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
- SENHORA REPRESENTANTE DE SUA EXCELENCIA O SENHOR SUBSECRETARIO DE ESTADO DA CULTURA
- SENHOR VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE DO MINHO
- SENHOR GOVERNADOR CIVIL DE BRAGA
- SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE BRAGA
- ILUSTRES MEMBROS DA COMISSÃO DE HONRA
- ILUSTRES CONVIDADOS
- MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES
  
- CAROS COLEGAS

É com legítimo orgulho que a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas leva a efeito o seu 40 Congresso Nacional, na linha aliás, de iniciativas regulares que ao longo de mais de 20 anos e de forma mais ou menos regular, tem vindo a promover.

Fruto de um trabalho colectivo que aprás registar, a organização regular do nosso Congresso demonstra que os profissionais das bibliotecas, arquivos e serviços de documentação estão activos, têm uma dinâmica própria, estão atentos ao que se passa à sua volta nas áreas da sua intervenção directa e dos reflexos que essa intervenção tem nas comunidades que têm por objectivo servir.

Na sociedade dos nossos dias, em que a informação desempenha um papel determinante, é um dever, é uma necessidade que os profissionais da informação estejam atentos às transformações que continuamente se verificam para poderem dar resposta adequada às solicitações que permanentemente lhes são colocadas pela comunidade onde exercem a sua actividade profissional.

Num universo em que as mutações são constantes, em que a inovação de hoje é obsoleta amanhã, impõe aos profissionais da informação uma necessidade constante de actualização, reciclagem, maleabilidade e uma permanente capacidade de adaptação à mudança. Só assim é possível dar respostas adequadas àqueles que são o fim último do nosso trabalho: os utilizadores, isto é, a sociedade globalmente considerada.

Assim o tema do nosso 40º Congresso, surge com uma actualidade inegável. "Informação - Ciência - Cultura", o tema que nos é proposto, aponta exactamente a INFORMAÇÃO como a base para o desenvolvimento e evolução das sociedades, assim como é a base para o desenvolvimento e evolução cultural das populações. Dito por outras palavras e de forma mais sintética, não há desenvolvimento sem INFORMAÇÃO.

O complemento do tema - "Bibliotecas e Arquivos para o Ano 2 000" - mais do que uma realidade actual tem um sentido prospectivo, virado para o futuro na perspectiva do que deverá ser a realidade biblioteconómica e arquivística em Portugal no Século XXI. Naturalmente que este complemento do tema do nosso Congresso tem subjacente a ideia do que é hoje a realidade no mundo das bibliotecas e dos arquivos e, a partir desta realidade,

apontar para aquilo que deverá ser o universo das bibliotecas e dos arquivos no futuro do nosso País.

Por certo que os profissionais da informação em Portugal não gostariam de, à distância de 70 anos, verificar que a alteração do estado de coisas no seu universo profissional se mantém, em certos aspectos, pouco diferentes daquele que nos é descrito por Raúl Proença em 1918.

Dizia então o ilustre bibliotecário que faltavam bibliotecas, faltavam livros, faltavam orçamentos, faltavam técnicos e por via disto tudo, faltava o fundamental: leitores.

Surge de imediato a interrogação. Desde então terá havido uma alteração radical? Perante esta interrogação em muitos de nós perpassa mentalmente o "filme" da falta de instalações adequadas, da ausência de orçamentos suficientes, da insuficiência e em muitos casos inadequação dos recursos humanos disponíveis, da actualização das colecções, dos graves problemas de preservação e conservação de um património documental em muitos casos valiosíssimo. Isto quando existem estas estruturas, pois situações há em que estes equipamentos estão pura e simplesmente ausentes. Tenhamos como exemplo o que se passa com as bibliotecas escolares.

Na minha perspectiva isto só é possível pela ausência de definição de uma política nacional, articulada, para as bibliotecas e arquivos em Portugal. Na minha perspectiva ainda não foi possível definir uma política articulada para as bibliotecas e arquivos em Portugal porque se tem esquecido do papel determinante que estas estruturas da informação têm no desenvolvimento científico e cultural de qualquer país.

Mas será que nada foi feito? Certamente que sim.

Ao contrário da situação descrita por Raúl Proença em 1918, hoje em dia existe uma Biblioteca Nacional com a dignidade que uma instituição desta grandeza merece. Assistimos há cerca de um ano à inauguração do novo edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, aspiração secular para a preservação da memória histórica da Nação. Pela primeira vez em Portugal, assiste-se ao lançamento de um projecto articulado com o poder local tendente à cobertura do País de uma rede de bibliotecas públicas. Referimo-nos ao Programa da Rede de Leitura Pública que foi implementado pelo Instituto Português do Livro e da Leitura. Em 1985 é lançado o projecto de informatização da Biblioteca Nacional que rapidamente evolui para o projecto da PORBASE - Base Nacional de Dados Bibliográficos e que veio revolucionar o universo técnico do trabalho em muitas das bibliotecas deste País. Na área dos arquivos não pode ser esquecida a actividade desenvolvida pelo Instituto Português de Arquivos na melhoria das condições de funcionamento de muitos dos nossos arquivos, no esforço de normalização de processos de trabalho, na introdução das novas tecnologias no tratamento arquivístico.

Mas será suficiente para alterar radicalmente a situação? Considero que não. Trata-se sem dúvida de aspectos importantes, resultando, alguns deles do empenhamento dos poderes públicos na sua concretização. Todavia trata-se de abordagens isoladas, sem articulação entre si, resultando nalguns casos da iniciativa das próprias instituições, e dos empenhos individuais, não reflectindo portanto uma definição política coordenada nestas áreas. É

que, caros colegas, todos nós sabemos que não basta construir belos edifícios - que são extremamente importantes - se concomitantemente não se pensar nos meios para a sua manutenção e funcionalidade. É que sem meios financeiros, sem equipamentos operacionais, sem livros e sobretudo sem recursos humanos tecnicamente habilitados não há "INFORMAÇÃO"; não há "CIÊNCIA"; não há "CULTURA".

Somos nós, profissionais da informação, também responsáveis pela situação actual e a nós caberá muita da responsabilidade na evolução das estruturas da informação em Portugal nos nossos dias e no futuro. NÃO ESPANTARÁ POIS QUE OS BIBLIOTECARIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES MANIFESTEM A SUA PREOCUPAÇÃO COM AS ANUNCIADAS ALTERAÇÕES ORGANICAS NA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, ASSIM COMO NÃO SERÁ DE ESPANTAR QUE MANIFESTEMOS ESTRANHEZA PELO FACTO DE NÃO TEREM SIDO OUVIDOS OS DIRECTAMENTE INTERESSADOS, NÓS!

Grandes desafios se nos colocam e a que teremos de responder de forma adequada. A próxima integração plena na CEE não é o menor. Do ponto de vista profissional haverá por certo que competir com profissionais detentores de outra formação, experiência e especialização, pelo que não poderemos ignorar a necessidade de uma permanente actualização profissional com vista a melhorar cada vez mais a nossa prestação em todos os aspectos da nossa profissão. Na perspectiva mais lata da função das nossas instituições um alerta permanente para as tentativas de cerceamento do seu papel científico e cultural junto das populações. A recente discussão e votação no Parlamento Europeu do relatório Anastassopoulos que retirava às bibliotecas o direito

de empréstimo de determinados documentos é uma prova de quão necessário é estar atento ao que, na nossa área de actividade, se vai passando por esse mundo fora.

O nosso Congresso é pois o espaço privilegiado para em conjunto reflectirmos sobre os diferentes aspectos que envolvem a nossa profissão e dos reflexos que da mesma resultam para o País.

Que o nosso 40 Congresso seja o espaço onde aconteçam soluções, se troquem experiências, se definam estratégias que contribuam decisivamente para as "BIBLIOTECAS E ARQUIVOS DO ANO 2 000"!

Não gostaria de terminar sem endereçar uma calorosa saudação e o mais vivo agradecimento dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses a todas as individualidades aqui presentes e muito especialmente a Sua Excelência o Senhor Presidente da República pela honra que nos concedeu ao estar presente nesta sessão inaugural.

Disse